



Identidade e memória: o discurso da “Manchester Mineira” na mídia juizforana ¹

Frederico BELCAVELLO²
Mônica CALDERANO³

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF
Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora – CES/JF

Resumo

A produção de informação no jornalismo local é um processo relacionado diretamente à dinâmica social de uma comunidade específica. A construção da noção de sociedade no âmbito local referencia-se nos conteúdos veiculados no jornalismo local, que por sua vez, busca na sociedade os valores constituintes daquela comunidade. O presente artigo trata da representação do traço identitário de “Manchester Mineira” da cidade de Juiz de Fora como exemplo dos conceitos de construção social e representação de identidades, em meio à noção de crise de identidade na pós-modernidade e a emergência das categorias de memória. Para tanto, considera o caso da instalação de uma unidade da montadora alemã Mercedes-Benz na cidade, na década de 1990.

Palavras-chave

Jornalismo local; Identidade; Representação; Memória.

1. Introdução

A cidade de Juiz de Fora recebeu, ostentou e promoveu, ao longo de sua história, um vasto repertório de títulos cunhados a fim de exaltar traços característicos de suas atividades sociais, muitas vezes, inclusive, em referência a outras localidades espalhadas pelo globo. Foi assim que se constituíram, desde fins do século XIX e início do XX, os epítetos de “Manchester Mineira”, com referência ao então pujante parque industrial, “Atenas de Minas Gerais”, por conta da produção artística, ou, ainda, “Princesa de Minas”, em razão de uma atribuída beleza urbanística. Tais títulos, entre outros, ganharam notoriedade e popularidade, marcaram o imaginário da cidade e, em diversos momentos foram alçados a marcos definidores de uma pretensa identidade juizforana.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste.

² Mestrando em Comunicação e Sociedade pela Facom-UFJF; Professor do Curso de Comunicação do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, da Graduação em Comunicação Social e da Pós-graduação Lato Sensu Televisão, Cinema e Mídias Digitais da Faculdade de Comunicação – UFJF.

³ Jornalista, Graduada em Comunicação e Especialista em História Econômica pela Universidade Federal de Juiz de Fora.



Hoje, cento e cinquenta e nove anos após a data oficial de sua fundação a cidade permanece em busca de seu re-conhecimento, tendo como parâmetro, exatamente, o imaginário proposto por estes títulos. O ímpeto de desenvolver-se, com o crescimento das atividades econômicas, fez com que em diferentes momentos históricos fosse evocada a identidade industrial de Manchester Mineira. Foi assim nos processos de instalação das fábricas da Paraibuna de Metais e da Siderúrgica Mendes Júnior, nos anos 70, e, mais recentemente, na implantação da montadora da Mercedes-Benz.

Este traço identitário se constituía não só dos tais traços característicos elogiosos, mas, sobretudo, de uma espessa trama semântica construída ao longo do desenvolvimento da sociedade local e de suas instituições, população e cultura. Por estas mesmas instâncias, constituintes da *esfera pública* da cidade, dava-se a produção do sentido e a promoção dessa identidade industrial juizforana, contando com um palco bem iluminado de representação: a mídia local.

A proposta deste artigo é exatamente refletir sobre a promoção da identidade de potência industrial da cidade de Juiz de Fora, à luz dos conceitos de identidade, representação e memória, segundo uma perspectiva interacionista, e tomando como exemplo a cobertura jornalística dada pela mídia local ao processo de instalação da fábrica da Mercedes-Benz, nos anos 1990, em Juiz de Fora.

2. A identidade construída socialmente e a representação

As reflexões que dizem respeito ao processo de construção de identidades, aos processos de *representação*, *identificação* e *memória* podem tomar como base uma abordagem teórica que tem como premissa que “a realidade é construída socialmente” (BERGER, 2007, p.11) e, ainda, a noção de que “a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (BERGER, 2007, p. 35). Estas proposições são apresentadas por Peter L. Berger e Thomas Luckmann em *A Construção Social da Realidade*. E é no bojo desta abordagem construcionista que oferecem referências contundentes para uma percepção social da identidade.

Realidade é um conceito aqui definido como algo que reconhecemos no mundo e que tem sua existência independente da vontade humana de existir ou não. O conhecimento, por sua vez, é enunciado como a certeza de que os fenômenos são reais e possuem características específicas. Daí decorre que a investigação sociológica da realidade



e do conhecimento se baseia na relatividade social. Disso decorre a constatação de que há uma multiplicidade empírica do conhecimento e, por conseguinte, da percepção da realidade. Além disso, os processos segundo os quais o conhecimento é estabelecido socialmente são tomados como realidade.

Todo processo social é tomado para dentro da consciência individual, o que significa a *interiorização*, “a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido” (BERGER, 2007, p. 174). A *identificação* é pressuposto para que haja interiorização e é pela realização da interiorização que um indivíduo se torna membro efetivo de uma sociedade. Assim, a *socialização* pode ser definida como “a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela.” (p.175).

Berger e Luckmann destacam, ainda, que há dois níveis de socialização: a primária, referente à que se dá na infância e promove a introdução do sujeito na vida social; e a secundária, que diz respeito a qualquer processo subsequente à socialização primária que introduz o indivíduo em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade, baseados em instituições ou “submundos” institucionais. (BERGER, 2007, p.184).

Ao mesmo tempo, os processos tornam-se sociais de dentro pra fora, o que define a exteriorização. Assim, o indivíduo é o que é porque interioriza o que vive no espaço social, mas, ao existir e relacionar-se neste espaço, redefinindo-o, interfere na sua constituição por meio da exteriorização.

A atuação do indivíduo no espaço da interação social pressupõe uma multiplicidade de papéis, os quais serão assumidos ou desempenhados pelo sujeito numa relação de troca comunicativa com ambiente. É desempenhando um papel ou calçado em uma máscara que o sujeito vive as interiorizações e exteriorizações. Erving Goffman afirma que o indivíduo se apresenta na vida social como um ator que realiza representação teatral em situações comuns do cotidiano. Isso quer dizer que ele se comporta de diferentes maneiras perante suas diversas atividades, perante os outros indivíduos e, até, diante de si mesmo.

A partir desta abordagem da interação social segundo a representação, Goffman explicita algumas categorias-chave para o entendimento do processo. A *interação* é definida como o processo face a face, o encontro, ou seja, “a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata” (1985, p. 23). O *desempenho* significa a atividade que influencia outros participantes, a “platéia” diante da sua atuação, ou os co-participantes da interação. Há ainda o *movimento* ou



prática que diz respeito ao “padrão de ação pré-estabelecido que se desenvolve durante a representação e que pode ser apresentado ou executado em outras ocasiões” (1985, p. 24). O ato de desempenhar um mesmo movimento ou prática para um mesmo público em diferentes ocasiões gera um *relacionamento social*, que é o primeiro passo para a instituição de um *papel social*, este definido pelo estabelecimento de direitos e deveres em relação a uma determinada situação social.

No momento da interação, o sujeito atua como um ator ao representar um papel: deseja transmitir certas impressões à sua platéia. Em muitos casos, ele pode até não estar ciente de que está representando, visto que, por vezes, convence-se de que a impressão da realidade que encena é a verdadeira realidade. E, com relação a si, o indivíduo representa a concepção que faz de si mesmo.

Goffman define a *representação* como “toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre eles alguma influência.” (1985, p. 29). Em uma representação, a face perceptível à platéia ou demais atores da interação corresponde à *fachada*, ou seja, o repertório expressivo empregado no ato. A fachada constitui-se de partes diferentes como o cenário, a aparência e a maneira. Quando um ator assume um papel social estabelecido, geralmente já existe uma determinada fachada para esse papel.

Uma fachada social tende a se institucionalizar em termos das expectativas estereotipadas abstratas, e, assim, torna-se ela mesma uma representação coletiva. Quando o sujeito se apresenta socialmente ele destaca os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade e, para conseguir transmitir a impressão que deseja à sua platéia, ele reforça aspectos já estabelecidos de maneiras dramatizadas, e tende a incorporar e exemplificar valores oficialmente já reconhecidos na sociedade, oferecendo uma impressão que é idealizada. Em representações idealizadas estão presentes a cerimônia, a reafirmação de valores morais de senso comum e o realce dos valores oficiais comuns na sociedade em que se dá a interação.

Quando um indivíduo participa de uma interação social, ele projeta uma definição da situação. Caso ocorra algo incompatível com a impressão criada, a interação social pode sofrer conseqüências, os participantes desta interação podem ser abalados, a estrutura social pode sofrer rupturas, a legitimidade de uma estrutura social pode ser colocada à prova; a personalidade do eu de um indivíduo pode ser abalada, pois as concepções de si mesmo podem ser repensadas.



A representação que um indivíduo constrói de si mesmo não é algo que se origina de si. Os sujeitos, ao desempenharem papéis em suas relações sociais cotidianas, constroem suas identidades, e estas podem ser múltiplas e diversas, uma vez, que o indivíduo pode assumir diferentes papéis, atuar de maneira diferente em cada cenário. Portanto, nas palavras de Goffman:

Este ‘eu’ não se origina do seu possuidor, mas da cena inteira de sua ação, sendo gerado por aquele atributo dos acontecimentos locais que os torna capazes de serem interpretados pelos observadores. (...) O ‘eu’, portanto, como um personagem representado, não é uma coisa orgânica, que tem uma localização definida, cujo destino fundamental é nascer, crescer e morrer; é um efeito dramático, que surge difusamente de uma cena apresentada... (GOFFMAN, 1985, p. 231).

A representação dos papéis pode ser tomada como a investidura de diferentes máscaras, referentes a diversas identidades, e, neste sentido, também fica clara a noção de que as identidades emergem das relações sociais e, de acordo com a situação social específica à qual o indivíduo está exposto e da qual participa.

De fato, a identidade é objetivamente definida como localização em um certo mundo e só pode ser subjetivamente apropriada juntamente com este mundo. Dito de outra maneira, todas as identificações realizam-se em horizonte que implicam um mundo social específico (BERGER, 2007, p. 177).

Assim, ao tomarmos como verdade a estreita e direta ligação do conceito de identidade com as especificidades da sociedade, temos que destacar que o caráter histórico e as características próprias das civilizações em dados momentos implicam em percepções diferentes acerca da identidade e dos processos de identificação.

3. Identidade e contemporaneidade

No debate proposto por Tomaz Tadeu da Silva (2000) em sua explanação, passo a passo, da produção social da identidade e da diferença, o pressuposto inicial do conceito de *identidade* é o de que “a identidade é simplesmente aquilo se é” e, em contraposição, “a diferença é aquilo que o outro é”. (SILVA, 2000, p.74). Silva, entretanto aponta a interdependência entre estes conceitos como atributo chave na concepção de cada um.

[...] as afirmações sobre diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre a identidade. Dizer que “ela é chinesa” significa dizer que “ela não é argentina”, “ela não é japonesa” etc., incluindo a afirmação de que “ela não é brasileira”, isto é, que ela não é o que sou. As afirmações sobre diferença também dependem de uma cadeia, em geral oculta, de declarações negativas sobre (outras) identidades. Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis. (SILVA, 2000, p.75).

Isso implica considerar que os processos de significação e entendimento da *identidade* e da *diferença* são, além de interdependentes, mutuamente determinados. É pelos referenciais de diferenças que se determina a identidade e, em contraponto, as diversas noções de identidade são responsáveis pela clarividência da diferença. Silva destaca ainda que a identidade e a diferença são criações sociais e culturais, ativamente produzidas e resultados de atos de criação lingüística.

Dizer que são o resultado de atos de criação significa dizer que não são “elementos” da natureza, que não são essências, que não são coisas que esteja simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas (SILVA, 2000, p.76).

Dessa forma, é fácil compreender porque sob certas circunstâncias históricas, culturais ou sociais, podemos referir-nos a distintas noções de *identidade* e, ao mesmo tempo, distintas problematizações acerca da definição da *identidade* e da relação das identidades diversas. Stuart Hall (2002) chama a atenção para esta variabilidade, ao destacar a chamada “*crise de identidade*” que vive o sujeito do mundo contemporâneo sob o argumento de que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como sujeito unificado” (HALL, 2002, p.7).

O espírito do tempo contemporâneo, também chamado pós-moderno, revela um contexto social que revê as relações de espaço e tempo e, por conseqüência, do posicionamento do sujeito diante do fluxo da experiência humana. Notadamente, falamos de uma realidade na qual as relações humanas estão em movimento.

O pós-moderno (...) privilegia a heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras na redefinição do discurso cultural. A fragmentação, a indeterminação e a intensa desconfiança de todos os discursos universais ou (para usar um termo favorito) “totalizantes” são o marco do pensamento pós-moderno (HARVEY, 1992, p. 19).



Zygmunt Bauman (2005) chama a atenção, nesse ambiente fragmentário, para uma “crise de pertencimento” que incita o sujeito em direção à busca pela(s) identidade(s). Neste mesmo sentido, Stuart Hall (2002, pp.10–13) nos apresenta uma concepção de identidade que é a do “sujeito pós-moderno”. Este sujeito, para dar conta da realidade instável e fragmentária do universo que habita, vai buscar sua identidade em processos diversos e passa, inclusive, a assumir identidades variadas de acordo com as diferentes situações de produção de significado com as quais se depara. “A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.” (HALL, 2002, pp. 12-13).

A concepção pós-moderna do sujeito surge em um processo histórico no qual foi precedido pelo “sujeito do Iluminismo” e pelo “sujeito sociológico”. O primeiro caracterizava-se por sua centralidade no indivíduo, numa concepção que destacava o ser humano como ser pleno, “dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação” desde o seu nascimento. Já o “sujeito sociológico” descortina-se junto à idéia da modernidade e da gradual complexificação pela qual passou a civilização com os processos desencadeados pela industrialização. Neste ponto a noção de sujeito deixou a totalidade da individualidade e tomou em consideração que as capacidades do indivíduo são formadas nas relações com os demais indivíduos que o cercam, ou seja, na “interação entre o eu e a sociedade”. Não que o centro da identidade, neste caso, esteja fora do indivíduo, mas o “núcleo ou essência interior [...] é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2002, p.11).

Cabe aqui situarmos que esses mundos aos quais nos referimos representam um importantíssimo período na história humana e um vigor jamais experimentado em época alguma. Estamos falando dos tempos modernos, da manifestação de plenitude de um modo de organização da sociedade.

Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais; prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras conseqüências para o ser humano; jornais diários, telégrafos, telefones e outros instrumentos de *media*, que se comunicavam em escala cada vez maior; Estados nacionais cada vez mais fortes e conglomerados multinacionais de capital; movimentos sociais de massa, que lutam contra essas modernizações de cima para baixo, contando só com seus próprios meios de modernização de baixo para cima; um mercado mundial que a tudo abarca, em crescente expansão, capaz de um estarrecedor desperdício e

devastação, capaz de tudo exceto solidez e estabilidade (BERMAN, 2000, p.18).

É neste cenário de grandes estruturas descrito por Berman, com relações institucionalizadas e proeminente vida social que “a identidade, então costura [...] o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis.” (HALL, 2002, p. 12).

No entanto, ao longo do século XX, as relações do sujeito com as estruturas passam por nova adequação. Os elementos constitutivos da transição dos tempos tradicionais para a modernidade chegam a níveis tais de desenvolvimento que o próprio sistema se transforma. Harvey (1992, p.107) destaca que Marx já descrevia processos sociais que agem no capitalismo e acabam por promover o individualismo, a alienação, a fragmentação, a efemeridade, a inovação, a destruição criativa, o desenvolvimento especulativo, mudanças nas relações de desejos e necessidades e nas experiências de espaço e tempo. O resultado é a chamada pós-modernidade.

O pós-modernismo tem especial valor por reconhecer as múltiplas formas de alteridade que emergem das diferenças de subjetividade, de gênero e de sexualidade, de raça, de classe, de (configurações de sensibilidade) temporal e de localizações e deslocamentos geográficos espaciais e temporais. (HUYSENS, 1984, p.50 apud HARVEY, 1992, p.109).

Em uma sociedade midiaticizada, como se configura o mundo desde o século XX, os meios de comunicação configuram um sistema de produção e profusão de significados que atinge níveis extraordinários de relevância e interferência na vida social. Isto se notabiliza, particularmente no âmbito local, considerando características que reforçam o laço nestes limites sociais. Para Renato Ortiz, a intensidade do local estaria baseada na proximidade do lugar, na familiaridade e na diversidade (em oposição à padronização do modelo global) que se contrasta em relação ao distante e, por estar realmente presente em nossas vidas, associamos à idéia de autêntico. (ORTIZ, 1999, p. 38 apud PERUZZO, 2006, p. 144). Assim, os elos estariam vinculados muito mais aos laços de identidades de interesses e de identidades simbólicas, do que à questão puramente territorial, uma vez que, como destaca Alain Bourdin (2001, p.17) não é possível “definir um objeto local e principalmente dar-lhe um contorno territorial preciso”.

O interesse e a valorização contemporâneos do local estão, na verdade, diretamente associados ao intenso desenvolvimento do processo de globalização. Primeiro, porque a manifestação do global se dá em âmbito local, na esfera da realidade perceptí-



vel e do cotidiano. Segundo, porque a necessidade de referenciar-se estimula o interesse pelo que está mais próximo, afeta mais palpavelmente nossas vidas e produz identificação. É o que destaca Cicília Peruzzo (2006, pp.145-146): “as pessoas [...] buscam suas raízes e demonstram interesse em valorizar as ‘coisas’ da comunidade, o patrimônio histórico cultural local e querem saber dos acontecimentos que ocorrem ao seu redor”.

Kathryn Woodward, ao analisar os processos de identificação no âmbito da globalização, aponta diferentes resultados possíveis:

A homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local. De forma alternativa, pode levar a uma resistência que pode fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade. (WOODWARD, 2000, p. 21).

4. Memória e construção de referenciais

Um outro viés presente na abordagem interacionista da *identidade* é o que a relaciona às categorias de *memória*. Ana Lúcia S. Enne apresenta como “afirmação já consensual” a premissa de que “existe uma intrínseca relação entre memória e a construção de identidades” (ENNE, 2004, p.102). E esta relação fica ainda mais em evidência no contexto do mundo contemporâneo, uma vez que a fragmentação e perda de referenciais nos impelem um “desejo de ancorar um mundo em crescente mobilidade e transformação e de compensar a perda de elementos mais sólidos e concretos que, antes, serviam de referência para os sujeitos” (BARBOSA, p. 3).

Essa tese da memória como compensação é defendida por vários outros autores, como Joel Candéau (1998), que também considera que a busca obsessiva pela memória é uma resposta à aceleração do tempo e, na contemporaneidade, ao que já se chamou crise das identidades. Considerando que a memória funciona como uma espécie de lugar de nutrição da identidade, Candéau argumenta que é através da memória que as identidades coletivas são fundadas. Nas estratégias identitárias, os indivíduos operam escolhas no interior de um repertório: representações, mitos históricos, crenças, ritos, heranças, tudo isso no interior de um registro memorial. (BARBOSA, p. 3-4.)

O conceito de *memória coletiva*, proposto por Maurice Halbwachs traduz bem como se trata de um processo construcionista e de concepção interacionista, nos mes-



mos termos em que operam os processos de *identidade* e identificação. A memória é uma construção coletiva, que pressupõe uma interação social que constrói discursos. Portanto, a memória coletiva não é uma simples agregação ou somatório de memórias individuais, mas um grande corpus, resultado da interligação dessas memórias (ENNE, 2004, p. 102).

A construção da memória, apesar de se referir ao universo do passado, é um fenômeno que funciona segundo as demandas do presente. A memória é o que hoje se quer lembrar ou o que, por deixar marcas no presente, não pode ser esquecido. E esta noção das preocupações do presente acerca do passado no processo de construção da memória, revela que se trata de um instrumento de poder, que define a apropriação do passado, do controle do discurso, do que deve ser lembrado e do que deve ser esquecido, conforme o conceito de *enquadramento de memória* de Michael Pollak.

É no presente que a construção do passado é disputada como recurso para a construção de um futuro que responda às aspirações desse presente. Nesse sentido, parece pertinente pensar as estratégias de armazenamento e esquecimento do passado. A construção dos museus, centros de memória e institutos históricos como depositários de uma concepção e versão da memória são indicativos desse movimento. O que se guarda e armazena é o que se quer lembrar, pois o não mais visto tende ao esquecimento. (ENNE, 2004, p. 104)

Assim, as escolhas e as determinações acerca do passado, constituintes da memória, operam na determinação dos laços de pertencimento social, os quais, por sua vez estão na base dos processos de identificação. Enne (2004, p. 104) cita o conceito de *lugares de memória* de Pierre Nora, que aponta a função de instituições como museus, institutos históricos e monumentos de manter vivos, ativos os vínculos identificatórios, segundo a lógica do pertencimento.

Por isso, Michael Pollak condiciona as reflexões sobre construção da memória ao conceito de *identidade* e os processos de identificação. Isso fica ainda mais evidente quando Pollak ressalta três elementos essenciais na construção da identidade: a unidade física, a continuidade dentro do tempo e o sentimento de coerência. Ou seja, o segundo elemento refere-se notadamente à relação entre presente e passado e, assim, aponta a dimensão temporal intrínseca ao processo de construção de identidades.

Portanto, a memória construída no presente, a partir de demandas dadas por este e não necessariamente pelo passado em si, pode ser pensada como fator fundamental para a construção de pertencimentos sociais, aos mais diversos níveis associativos. [...] Existe, portanto, uma intensa



relação entre a memória como processo coletivo de construção do passado a partir de demandas do presente e a conferência de identidades sociais para aqueles que estão envolvidos em tal processo. (ENNE, 2004, p. 105)

5. A Mercedes-Benz em Juiz de Fora e na mídia

Desde os anos de 1970, Juiz de Fora vem em uma evidente tentativa de recuperação da sua indústria, que, décadas atrás, já lhe garantiu lugar entre as principais economias do país. O primeiro grande esforço no sentido desta recuperação aconteceu na década de 70, com as negociações para atração da Companhia Paraibuna de Metais e da Siderúrgica Mendes Júnior. Ambos os projetos, porém, tiveram resultados menos grandiosos que o esperado. Na década de 1990, a cidade se viu diante de uma nova oportunidade. Havia, e era de conhecimento público, o interesse da alemã Mercedes-Benz de instalar uma fábrica de automóveis na América Latina ou, mais precisamente, no Brasil. A idéia inicial dos empresários estrangeiros, considerando-se as declarações dadas à imprensa na época, era que o empreendimento fosse erguido em uma cidade com boa qualidade de vida, infra-estrutura de ponta e, principalmente, próxima dos principais portos do país.

Em abril de 1996, após anos de negociações veladas, Juiz de Fora foi apresentada como a escolhida para receber a fábrica. Imediatamente, a notícia fez boa parte da cidade esquecer as experiências recentes e apostar no desenvolvimento local. A Mercedes chegou com promessa de investir R\$ 800 milhões, criar empregos diretos e indiretos e aumentar a arrecadação tributária da cidade. No município, muitos embarcaram neste clima de redenção e aí, de forma evidente, está incluída a mídia. A Tribuna de Minas, jornal de maior circulação na cidade, não economizou espaço em suas páginas.

Em 1996, com a cobertura da assinatura do protocolo de intenções entre o Governo brasileiro e a Mercedes-Benz, a Tribuna já dava o tom de que se tratava de um dos momentos mais representativos para a economia juizforana nos últimos 25 anos. Representativo, cabe dizer, mais pela expectativa e movimentação paralela que gerou do que por seus efeitos reais, como se pode avaliar hoje, mais de dez anos depois. O fato é que, desde que foi acertado que uma fábrica seria construída na cidade – o que aconteceu em 18 de abril de 1996 -, o jornal local fez deste um assunto frequente. Em determinados períodos, o caso Mercedes chegava a aparecer diariamente nas páginas do



jornal, seja na editoria de economia, no editorial, na coluna voltada para assuntos econômicos (Agenda Econômica) ou até mesmo na coluna social.

O que existe de comum entre a maioria destes textos é o tom otimista, entusiasmado e até “festivo” das palavras. Não seria exagero afirmar que em quase todas as matérias, artigos e notas, a Tribuna deixou transparecer sua torcida pelo projeto e sua convicção, dividida com praticamente toda a cidade, de que o que se tinha ali era a salvação econômica do município. Foram ouvidos, em diversos momentos, líderes sindicais, representantes do comércio, da indústria, do setor hoteleiro, do setor imobiliário, especialistas em mercado de trabalho, analistas econômicos e políticos vinculados à Universidade Federal de Juiz de Fora, entre muitas outras fontes juizforanas e todos, de alguma forma, também deixaram transparecer sua expectativa de sucesso e redenção.

Em alguns textos, inclusive, o jornal se adiantou, já dando o “progresso” como algo certo – o que, tecnicamente, não era possível garantir em 1996. Em algumas ocasiões, inclusive, a referida “onda de crescimento” foi tratada como algo já iniciado. Em diversas oportunidades foram usadas expressões como “rastros de desenvolvimento”, “nova fase de desenvolvimento” ou “o ressurgimento da Manchester Mineira”, seja por parte do próprio jornal ou por parte das fontes ouvidas pela equipe.

6. Considerações Finais

Analisando este ambiente à luz da noção de construção social da realidade, o que se pode inferir é a clara e notória articulação do discurso identitário da “Manchester Mineira”, retomado pelo jornal de maior circulação na cidade e, conseqüentemente, encontrando reverberação em sua sociedade com o tom de resgate histórico, ainda que frágil de evidências de garantia do sucesso.

O apelo à memória dos tempos áureos de pujança industrial revela a carga representativa deste traço identitário e responde à necessidade de ancorar a cidade no referencial da “Manchester”. Isto pode ser interpretado, também, em consonância com a noção do processo de crise de identidade pós-moderna, apontado por Hall. O processo constante de resgate identitário nas categorias da memória, neste caso, traz a reboque uma atitude de desconsiderar-se, por vezes, a possibilidade de desenvolvimento “multivocacional” com diversidade de campos de atuação econômica e produção de mercadorias e riqueza.



Neste sentido a mídia tem papel fundamental, uma vez que, se coloca na condição de principal impulsionadora e divulgadora deste processo de revigoramento de um traço identitário presente na memória da população, ainda que distante, no tempo, de sua efetiva apresentação. Seja em seu discurso ou no discurso das fontes entrevistadas durante o processo de apuração e redação das matérias jornalísticas, o jornal Tribuna de Minas evoca a memória dos tempos de Juiz de Fora vista e aclamada como “Manchester Mineira” e, assim, dá sustentação, vigor e visibilidade ao projeto de retomada industrial da cidade, com base no acionamento memorialista da identidade construída no início do século XX, como forma de impulsionar o desenvolvimento da cidade.

Fica evidente, assim, o caráter social, relacional e dinâmico de reconstrução e representação da identidade juizforana segundo o aspecto de seu passado industrial. Tal construção discursiva encontra importante respaldo e efetivo canal de expressão no sistema de mídia local que, uma vez imerso no mesmo imaginário que regula a vida social, torna-se também agente reverberador deste discurso.

7. Referências

BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional.** s/d. 13 p. mimeo.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade:** tratado de sociologia do conhecimento. 27 ed. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2007.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOURDIN, Alain. **A questão local.** Trad. Orlando dos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CALDERANO, Mônica de Azevedo. ; BOTELHO, Cid . **A instalação da Mercedes-Benz em Juiz de Fora:** a história contada pela Tribuna de Minas. Heera - Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada, v. 2, p. artigo4, 2008.

ENNE, Ana Lucia S. **Memória, identidade e imprensa em uma perspectiva relacional.** Revista Fronteiras – estudos midiáticos. vol. 2: 101-116, jul - dez 2004.



GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiano.** 4. ed. Trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1989.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HARVEY, David. **A Condição Pós-moderna.** Trad. Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

PERUZZO, Cicília. **Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária no Brasil.** In: Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2006. Vol. 4. No. 1. ISSN: 1807-9474.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.